



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR DO MUNICÍPIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **07**.

Pais e filhos: tão perto, tão longe

Valdeli Vieira

A sociedade contemporânea se assenta, segundo vários pensadores das ciências humanas, por uma polaridade: de um lado o excesso, de outro a falta. No entanto, há muitos anos a psicanálise nos ensina: todo excesso esconde uma falta. Vivemos um momento sócio-histórico de excessos de trabalho, compromissos, desejos, expectativas e estímulos que atingem indistintamente crianças, adolescentes e adultos.

Vivemos ocupados, com agendas cheias de cursos, reuniões, compromissos e atividades extracurriculares. Não há tempo a perder e nunca antes tivemos tanto a sensação de estarmos correndo em busca do tempo perdido. A excelência de desempenho acompanha a todos na escola, no trabalho, nos demais ambientes em que estamos inseridos. Estamos conectados permanentemente e devemos estar disponíveis todo o tempo.

Esse ambiente de estimulação e exigências constantes, no qual às vezes damos conta das demandas que nos são impostas por nós mesmos ou pelo outro, e outras vezes não, tem uma única consequência a todos: a exaustão.

Exaustos, ao chegarmos a casa, só queremos ficar mergulhados no nosso mundo, para de certa forma termos (ainda que na nossa fantasia) uma compensação pelas frustrações enfrentadas ao longo do dia. É nesse ponto que começamos a nos distanciar do nosso parceiro e dos nossos filhos, porque passamos a nos tornar indisponíveis ao outro.

Educar filhos, formá-los, é tarefa para a vida inteira e exige disposição, tempo, vitalidade e dedicação, e o fato é que, embora na teoria estejamos todos comprometidos com isso, na prática nem sempre estamos dispostos. Terceirizamos essas tarefas para professores, psicólogos, avós e babás. E, quando não temos essas pessoas à disposição, silenciemos as crianças dando-lhes a possibilidade de passar horas diante de alguma telinha: se antes era a televisão, hoje vemos crianças em idades cada vez mais precoces com um Ipad na mão. Não queremos ser perturbados no nosso mundo, no nosso silêncio e, sem percebermos, vamos criando abismos nas nossas relações.

(Valdeli Vieira *Pais e filhos: tão perto, tão longe* (adaptado) *REVISTA E*: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/13291_PAISEFILHOS. Acesso 10.06.2019)

- 01.** Para a psicanalista Valdeli Vieira, autora do texto,
- (A) pais que trabalham fora devem ter espaço individualizado de descanso em casa, já que a sociedade contemporânea é exaustiva e frustrante.
 - (B) estudantes e trabalhadores devem estar conectados permanentemente para realizarem suas atividades em um nível de excelência.
 - (C) na sociedade contemporânea, a educação dos filhos passou a ser delegada a profissionais e parentes próximos.
 - (D) a terceirização da educação dos filhos agilizou o dia a dia, liberando os pais para exercerem suas atividades com mais qualidade.
 - (E) na sociedade contemporânea, a tecnologia tem se apropriado da formação dos filhos, beneficiando pais que trabalham fora.
- 02.** É correto afirmar que no trecho – E é nesse ponto que começamos a nos distanciar do nosso parceiro e dos nossos filhos, porque passamos a nos tornar indisponíveis ao outro. –, a autora expressa
- (A) assentimento em relação à postura afetiva que estabelecemos com nossos familiares mais próximos, atualmente.
 - (B) contrariedade quanto ao modo como estabelecemos relações familiares na contemporaneidade.
 - (C) complacência quanto às atividades profissionais de excelência exercidas pelos pais de crianças e adolescentes.
 - (D) desconfiança em relação aos profissionais da educação e aos parentes próximos.
 - (E) intransigência quanto ao excesso de atividades exercidas na sociedade contemporânea.
- 03.** Na passagem – **Não** há tempo a perder e **nunca** antes tivemos tanto a sensação de estarmos correndo em busca do tempo perdido. A excelência de desempenho acompanha a todos na escola, no trabalho, nos demais ambientes em que estamos inseridos. Estamos conectados **permanentemente** e devemos estar disponíveis todo o tempo. –, os termos destacados introduzem no contexto, respectivamente, as circunstâncias de
- (A) negação, dúvida e intensidade.
 - (B) intensidade, modo e tempo.
 - (C) dúvida, intensidade e afirmação.
 - (D) negação, tempo e modo.
 - (E) intensidade, negação e tempo.

04. Assinale a alternativa em que há palavra ou expressão em sentido figurado.

- (A) ... hoje vemos crianças em idades cada vez mais precoces com um Ipad na mão.
- (B) ... uma compensação pelas frustrações enfrentadas ao longo do dia.
- (C) ... é tarefa para a vida inteira e exige disposição, tempo, vitalidade e dedicação...
- (D) ... porque passamos a nos tornar indisponíveis ao outro.
- (E) Exaustos, ao chegarmos a casa, só queremos ficar mergulhados no nosso mundo...

05. A alternativa que apresenta o trecho reescrito preservando o sentido das reflexões da autora e o respeito à norma-padrão de emprego da pontuação é:

- (A) Segundo vários pensadores das ciências humanas a sociedade contemporânea se assenta por uma polaridade que vai, do excesso à falta.
- (B) Educar filhos e formá-los são tarefas para a vida inteira e exigem disposição, tempo, vitalidade e dedicação.
- (C) Ao chegarmos, em casa, exaustos, só queremos ficar mergulhados no nosso mundo: uma forma de, ao longo do dia, compensar as frustrações enfrentadas.
- (D) Esse ambiente de estimulação e exigências constantes, gera uma única consequência a todos: a exaustão.
- (E) Não queremos ser perturbados no nosso mundo e no nosso silêncio sem percebermos criamos abismos nas nossas relações.

06. Assinale a alternativa que apresenta livre reescrita de um trecho do texto de acordo com a norma-padrão de emprego e de colocação de pronome.

- (A) Se trata de um momento sócio-histórico de excessos de trabalho, compromissos, desejos, expectativas e estímulos.
- (B) Quanto às crianças, é preciso entender esse momento sócio-histórico que atinge-as, indistintamente.
- (C) Estarmos conectados permanentemente auxiliaríamos, se pudéssemos estar disponíveis todo o tempo.
- (D) Nesse ambiente de estimulação e exigências constantes, às vezes não damos conta das demandas a nós impostas.
- (E) Poderá alguém os formar, mesmo que não os próprios pais, mas será tarefa para a vida inteira.

07. Assinale a alternativa que, mantendo o sentido original do texto, reescreve a passagem de acordo com a norma-padrão de regência.

- (A) Professores, psicólogos, avós e babás, quando indisponíveis, nos levam a largar as crianças por horas em companhia com alguma tecnologia.
- (B) Se hoje vemos crianças em idades cada vez mais precoces com um Ipad na mão, isso se deve à dependência sobre as telinhas.
- (C) Paralela a compromissos, cursos, reuniões e atividades extracurriculares, ainda temos a tarefa de educar os filhos.
- (D) É preciso ter tempo, vitalidade, dedicação e disposição em educar os filhos e formá-los, já que é tarefa para a vida inteira.
- (E) Em casa, só queremos mergulhar em nosso mundo, para nos sentirmos compensados com as frustrações acumuladas ao longo do dia.

Leia o texto para responder às questões de números **08 a 10**.

O cemitério dos vivos: testemunho e ficção

Alfredo Bosi

Perplexo, o intelectual crítico Lima Barreto, cuja obra toda fora uma denúncia da mentira social, teme que os médicos do Hospício o tratem de maneira cega ou arbitrária. Teme principalmente que a ciência livresca que seguem, avessa à ideia mesma de enigma, não lhes permita ter dúvidas, nem lhes faça ver pessoas, mas apenas casos exemplares devidamente catalogados e passíveis das terapias reificadas nos manuais de psiquiatria.

A impotência do internado, que sofrera o arbítrio dos policiais com seus preconceitos de cor e classe, vê-se, de repente, confrontada com a onipotência do médico. A assimetria é brutal e, embora Lima tenha escapado ao risco de virar cobaia de alienistas enrijecidos ou precipitados, a sua crítica guarda um potencial de verdade ainda hoje ameaçador:

O terrível nessa coisa de hospital é ter-se de receber um médico que nos é imposto e muitas vezes não é da nossa confiança. Além disso, o médico que tem em sua frente um doente, de que a polícia é tutor e a impersonalidade da lei, curador, por melhor que seja, não o tem mais na conta de gente, é um naufrago, um rebotinho da sociedade, a sua infelicidade e desgraça podem ainda ser úteis à salvação dos outros, e a sua teima em não querer prestar esse serviço aparece aos olhos do facultativo como a revolta de um detento, em nome da Constituição, aos olhos de um delegado de polícia. (Lima Barreto, p.34)

(BOSI, Alfredo. *O cemitério dos vivos: testemunho e ficção*. Prefácio (adaptado) em *Diário do hospício e O cemitério dos vivos*, Lima Barreto. São Paulo: Cosac Naify, 2010)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

08. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, sinônimos para os termos destacados na sequência de Lima Barreto, adequados ao contexto estabelecido pelo crítico e historiador Alfredo Bosi.

Além disso, o médico que tem em sua frente um doente, de que a polícia é tutor e a impersonalidade da lei, **curador**, por melhor que seja, não o tem mais na conta de gente, é um **náufrago**, um **rebotalho** da sociedade, a sua infelicidade e desgraça podem ainda ser úteis à salvação dos outros, e a sua teima em não querer prestar esse serviço aparece aos olhos do **facultativo** como a revolta de um detento...

- (A) Conselheiro, isolado, qualquer, administrador.
- (B) Responsável, desaparecido, marginal, comissário.
- (C) Defensor, fracassado, resíduo, médico.
- (D) Protetor, malsucedido, arruinado, juiz.
- (E) Vigário, degradado, vulgo, advogado.

09. No trecho – Perplexo, o intelectual crítico Lima Barreto, cuja obra toda fora uma denúncia da mentira social, teme **que os médicos do Hospício o tratem de maneira cega ou arbitrária**. –, a oração em destaque exerce função sintática com o mesmo valor da expressão destacada em:

- (A) ... a sua crítica guarda **um potencial de verdade**...
- (B) ... podem ainda ser úteis **à salvação dos outros**...
- (C) ... embora Lima tenha escapado **ao risco** de virar cobaia...
- (D) ... que a ciência livresca **que seguem**, avessa à ideia mesma de enigma...
- (E) ... A impotência do internado, **que sofrera** o arbítrio dos policiais...

10. Assinale a alternativa que conduz uma leitura do texto em pleno acordo com a norma-padrão quanto à concordância verbal.

- (A) A consolidação de certas terapias nos manuais de psiquiatria faziam com que Lima Barreto temesse ser tratado como um dos casos catalogados.
- (B) Lima Barreto temia que os médicos do Hospício o maltratassem, como é possível deduzir por sua obra que, faziam muitas décadas, já denunciava a mentira social.
- (C) Lima Barreto temia que os responsáveis por sua internação, ao promover estudo de caso, constatasse nele apenas um detento revoltado.
- (D) O internado, que já houvera sofrido o arbítrio de policiais preconceituosos, deparou-se com a onipotência do médico.
- (E) Despertados pelas condições de internação haviam muitos temores, depois registrados pelo intelectual em suas obras de ficção.

11. “O intérprete não pode chegar a um resultado que subverta ou perturbe o esquema organizatório-funcional estabelecido pelo constituinte. Assim, a aplicação das normas constitucionais propostas pelo intérprete não pode implicar alteração na estrutura de repartição de poderes e exercício das competências constitucionais estabelecidas pelo constituinte originário”.

Esse aspecto de interpretação das normas constitucionais diz respeito ao princípio

- (A) da harmonização.
- (B) da justeza.
- (C) da força normativa da Constituição.
- (D) do efeito integrador.
- (E) do normativo-estruturante.

12. O Chefe do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, sem qualquer motivo legal, recusou-se a fornecer para João, funcionário público municipal, a sua certidão de tempo de serviço que é necessária para pedir a sua aposentadoria. Nesse caso, e a fim de garantir seus direitos, João poderá

- (A) recorrer ao Ministério Público.
- (B) propor ação civil pública.
- (C) propor ação popular.
- (D) impetrar o mandado de injunção.
- (E) impetrar o mandado de segurança individual.

13. De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República, sem qualquer possibilidade de delegação,

- (A) conceder indulto e comutar penas.
- (B) fixar os subsídios dos Ministros de Estado.
- (C) decretar e executar a intervenção federal.
- (D) prover cargos públicos federais.
- (E) autorizar referendo e convocar plebiscito.

14. As matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo dispensada a intervenção do Poder Executivo, muito menos a do Poder Judiciário, são materializadas por

- (A) decreto legislativo.
- (B) portarias.
- (C) leis complementares.
- (D) resoluções.
- (E) normas específicas.

15. A emenda parlamentar aos projetos legislativos que propicia a fusão de emendas parlamentares, ou, também, permite fundir essas emendas a projetos de lei, é denominada de
- (A) aditiva.
 - (B) redacional.
 - (C) supressiva.
 - (D) aglutinativa.
 - (E) modificativa.
16. Em relação ao tema Intervenção Estadual nos Municípios, assinale a alternativa correta.
- (A) A intervenção estadual nos municípios é um ato administrativo, atemporal e personalíssimo.
 - (B) A intervenção estadual, em qualquer hipótese, não se submete ao controle político, por parte da Assembleia Legislativa.
 - (C) Conforme Súmula do STF, não cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em município.
 - (D) Como o ato é de natureza administrativa, somente poderá ser decretada a intervenção pelo Chefe do Poder Executivo.
 - (E) O Município que já sofreu intervenção estadual não poderá sofrer, novamente, a mesma medida, por motivos idênticos aos que ocasionaram o primeiro ato interventivo.
17. A pauta jurídica mais importante dos Estados constitucionais, que elegem a democracia como corolário fundamental da vida em sociedade, levou o Supremo Tribunal Federal a editar Súmula Vinculante nº 13 que proibiu as práticas nepotistas para a Administração Pública, em decorrência da obrigatoriedade de se observar os princípios constitucionais da
- (A) legalidade e da publicidade administrativa.
 - (B) impessoalidade e da eficácia administrativa.
 - (C) publicidade e da moralidade administrativa.
 - (D) eficiência, da supremacia do interesse público e da publicidade.
 - (E) moralidade, da eficiência e da impessoalidade no âmbito da Administração.
18. Em relação aos princípios constitucionais do orçamento, aquele que estabelece que a receita não possa ter vinculações que reduzem o grau de liberdade do gestor e engessa o planejamento de médio, curto e longo prazos, e que se aplicam somente às receitas de impostos, denomina-se princípio
- (A) do orçamento bruto.
 - (B) da não afetação das receitas.
 - (C) do equilíbrio.
 - (D) da objetividade.
 - (E) da exatidão.
19. É correto afirmar que a política de desenvolvimento urbano envolve
- (A) a elaboração de um plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
 - (B) a elaboração de um plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, que é obrigatório para cidades com, no mínimo, quarenta mil habitantes.
 - (C) a faculdade do Poder Público Municipal de impor exigências ao proprietário de solo urbano não edificado e depende de aprovação por meio de lei estadual.
 - (D) a desapropriação de imóveis urbanos, que é feita com prévia e justa indenização em títulos da dívida pública.
 - (E) a cobrança do IPTU progressiva e gradual, subindo ao longo do tempo, e podendo gerar confisco.
20. De acordo com o que disciplina a Constituição Federal, a questão da Ordem Social tem como base e objetivo, respectivamente,
- (A) a defesa do consumidor e a preservação do meio ambiente.
 - (B) a defesa da propriedade privada e a preservação de um meio ambiente sadio.
 - (C) a propriedade privada e a defesa do consumidor.
 - (D) o primado do trabalho e o bem-estar e a justiça sociais.
 - (E) o primado do trabalho e a defesa do consumidor.

21. Fundações são Pessoas Jurídicas de Direito Privado. Em relação a esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A fundação somente poderá se constituir para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.
- (B) As fundações não podem sofrer danos morais.
- (C) Faz jus ao benefício da justiça gratuita a fundação que demonstre a impossibilidade de arcar com os encargos processuais.
- (D) A criação de fundação se fará por escritura pública ou contrato particular, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.
- (E) Tornando-se inútil a finalidade a que visa a fundação, apenas o interessado poderá promover a sua extinção, incorporando-se o seu patrimônio a outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

22. Fátima e Nanci celebraram um contrato de depósito, no qual Fátima receberia o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para guardar, pelo prazo de 1 (um) ano, os móveis pertencentes ao apartamento de Nanci, que seria locado para fins comerciais. Ao final do prazo, Fátima se recusou a devolver os bens, alegando que os bens não pertenciam a Nanci. Passaram-se 4 (quatro) anos da recusa em devolver os móveis objeto do contrato.

Diante da situação hipotética, considerando a possibilidade de obter a reparação pelo inadimplemento contratual, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação está prescrita, considerando que o prazo estabelecido pelo Código Civil é de 3 (três) anos.
- (B) A ação está prescrita, considerando que o prazo estabelecido pelo Código Civil é de 3 (três) anos, mas Fátima responde caso o prejuízo seja resultante de caso fortuito ou força maior.
- (C) A ação não está prescrita, considerando que o prazo estabelecido pelo Código Civil é de 5 (cinco) anos, e respondem pelo inadimplemento todos os bens de Fátima.
- (D) A ação não está prescrita, considerando que o prazo estabelecido pelo Código Civil é de 5 (cinco) anos, e Fátima responde pelas perdas e danos, mais juros e atualização monetária.
- (E) A ação não está prescrita, considerando que o prazo estabelecido pelo Código Civil é de 10 (dez) anos para os casos de inadimplemento contratual.

23. Assinale a alternativa correta no que diz respeito ao entendimento legal e sumulado sobre bem de família.

- (A) O conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, mas não abrange o imóvel pertencente a pessoas separadas e viúvas.
- (B) É penhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, ainda que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.
- (C) A vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis não constitui bem de família para efeito de penhora.
- (D) Não é válida a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação.
- (E) São impenhoráveis os veículos de transporte, as obras de arte e os adornos suntuosos.

24. No que diz respeito à responsabilidade civil, decorrente de atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato culposo tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- (B) Prescrevem em 3 (três) anos as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato culposo tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- (C) Há possibilidade de ação regressiva contra o servidor apenas nos casos dolosos.
- (D) Para a responsabilização civil decorrente de ato de improbidade administrativa, é dispensável a comprovação de efetivo prejuízo aos cofres públicos.
- (E) É inadmissível a responsabilidade objetiva nos casos de improbidade administrativa, exigindo-se a presença de dolo para todos os casos previstos na legislação.

25. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que

- (A) estabeleçam inversão do ônus da prova sem prejuízo do consumidor.
- (B) possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.
- (C) determinem a utilização facultativa de arbitragem para a solução de litígios.
- (D) autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, conferindo igual direito ao consumidor.
- (E) concedam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga.

26. A sociedade conjugal termina
- (A) pelo divórcio que só pode ser concedido desde que haja partilha prévia de bens.
 - (B) pela separação judicial que pode ou não pôr termo aos deveres de coabitação, fidelidade recíproca e ao regime de bens.
 - (C) pela morte de um dos cônjuges ou tentativa de morte.
 - (D) pela nulidade ou anulação do casamento.
 - (E) pelo abandono voluntário do lar conjugal, durante um ano contínuo.

27. Romeu, proprietário de 30 (trinta) imóveis, faleceu aos 78 (setenta e oito) anos sem deixar testamento nem herdeiro legítimo notoriamente conhecido.

Em relação ao fato hipotético, assinale a alternativa correta.

- (A) Não se habilitando até a declaração de vacância, os colaterais ficarão excluídos da sucessão.
- (B) Os bens da herança, depois de arrecadados, ficarão sob a guarda e administração do Município até a sua entrega ao sucessor devidamente habilitado.
- (C) Realizado o inventário, serão expedidos editais na forma da lei processual, e, decorridos dois anos de sua primeira publicação, sem que haja herdeiro habilitado, será a herança declarada vacante.
- (D) A declaração de vacância da herança não prejudicará os herdeiros que se habilitarem; mas, decorridos cinco anos da abertura da sucessão, os bens arrecadados passarão ao domínio do Estado.
- (E) Quando todos os chamados a suceder renunciarem à herança, será esta desde logo declarada jacente.

28. O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais).

Em relação à Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, assinale a alternativa correta.

- (A) O PMCMV compreende os seguintes programas: Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e Programa Nacional de Habitação Coletiva (PNHC).
- (B) Os contratos e registros efetivados no âmbito do PMCMV serão formalizados, preferencialmente, em nome de ambos os cônjuges.
- (C) Nas hipóteses de dissolução de casamento ou união estável, o título de propriedade do imóvel adquirido, no âmbito do PMCMV, será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, independentemente do regime de bens aplicável, ainda que envolvam recursos do FGTS.
- (D) Os lotes destinados à construção de moradias no âmbito do PMCMV poderão ser objeto de rememoração, devendo tal permissão constar expressamente dos contratos celebrados.
- (E) Para a indicação dos beneficiários do PMCMV, deverão, dentre outros requisitos, ser observada prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar.

29. A Medida Provisória nº 881, de 30 de abril de 2019, institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado, análise de impacto regulatório, e dá outras providências. Dentre as alterações promovidas pela Medida Provisória, houve alteração do art. 50 do Código Civil.

No que diz respeito ao tema, é correto afirmar:

- (A) confusão patrimonial é caracterizada, dentre outros fatores, por cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.
- (B) na desconsideração da personalidade, os efeitos de determinadas relações obrigacionais podem ser estendidos aos bens particulares de sócios da pessoa jurídica, desde que beneficiados diretamente pelo abuso da personalidade.
- (C) o desvio de finalidade é a utilização dolosa ou culposa da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- (D) a existência de grupo econômico ainda sem a presença dos requisitos de desvio de finalidade e confusão patrimonial autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.
- (E) constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

30. Assinale a alternativa que apresenta o princípio e sua respectiva característica.

- (A) Princípio do livre convencimento motivado: o poder do juiz de decidir, fundamentadamente, de acordo com sua convicção jurídica, observando os fatos e as provas existentes no processo.
- (B) Princípio da instrumentalidade: determina que todos os atos processuais devem ser informados aos envolvidos e aos seus respectivos procuradores.
- (C) Princípio da disponibilidade: o direito de ação não pode ser negado àqueles que se sentirem lesados em seus direitos.
- (D) Princípio do juiz natural: cabe ao juiz dar continuidade ao procedimento, em cada uma de suas etapas, até a conclusão.
- (E) Princípio do direito de ação: possibilidade que os cidadãos têm de exercer, ou não, os seus direitos, perante à Administração Pública e ao Poder Judiciário.

31. Jurisdição é o poder que o Estado tem de resolver os conflitos, substituindo a vontade das partes e impondo essa decisão coercitivamente. Assinale a alternativa que estabelece, de acordo com a teoria clássica, majoritária no Brasil, a característica da jurisdição voluntária.
- (A) Tem caráter administrativo.
 - (B) Ocorre em um procedimento em que há interessados e coisa julgada.
 - (C) A jurisdição atua a partir de uma lide, na qual há conflitos de interesse.
 - (D) Tem por finalidade a atuação do direito e a pacificação social.
 - (E) Um exemplo de jurisdição voluntária é a ação de restauração de autos.
32. No que diz respeito ao conflito de competência, incompetência e modificação de competência, assinale a alternativa correta.
- (A) A competência absoluta poderá se modificar pela conexão ou pela continência.
 - (B) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.
 - (C) A incompetência relativa será alegada como questão preliminar de contestação; a absoluta somente pode ser declarada de ofício.
 - (D) Não há conflito de competência, quando entre 2 (dois) ou mais juízes surge controvérsia acerca da separação de processos.
 - (E) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes caso decididos separadamente, desde que tenha conexão entre eles.
33. *Amicus Curiae* pode ser definido como uma ajuda técnica proveniente de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada em processos judiciais cujas decisões afetarão a sociedade. O *Amicus Curiae*
- (A) tem autonomia própria e possui interesse jurídico e institucional na demanda.
 - (B) se submete às regras de impedimento e suspeição.
 - (C) ingressa no processo apenas por provocação do estado-juiz.
 - (D) pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.
 - (E) tem seus poderes definidos pelas partes na primeira manifestação que fizerem nos autos após a intervenção.
34. No que diz respeito ao julgamento antecipado parcial do mérito, assinale a alternativa correta.
- (A) A decisão proferida com base em julgamento antecipado parcial do mérito não é impugnável por agravo de instrumento.
 - (B) A decisão que julgar parcialmente o mérito não poderá reconhecer a existência de obrigação ilíquida.
 - (C) A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito deverão ser processados nos mesmos autos.
 - (D) O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles se mostrar incontroverso e não houver necessidade de produção de outras provas.
 - (E) A parte poderá liquidar desde logo a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, desde que prestada caução.
35. Marta propôs ação de reparação de danos materiais em face de Maria. No curso do processo, as partes decidem firmar um acordo e para tanto celebram uma transação. O juiz homologa a transação realizada entre as partes e extingue o processo com resolução do mérito. Passados 8 (oito) meses, Marta percebe que foi enganada por Maria e deseja desfazer a transação realizada entre as partes. Assinale a alternativa que corresponde ao instrumento jurídico adequado para satisfazer as pretensões de Marta.
- (A) Apelação.
 - (B) Ação anulatória.
 - (C) Ação rescisória.
 - (D) Agravo de instrumento.
 - (E) Pedido de revisão.
36. No que diz respeito à Ação de Consignação em Pagamento, assinale a alternativa correta.
- (A) É um procedimento comum previsto no Código de Processo Civil no qual o devedor propõe ação contra o credor quando este se recusa a receber o valor de dívida ou exige valor superior ao entendido.
 - (B) Não pode ter por objeto bens imóveis ou semoventes, mas apenas bens móveis.
 - (C) Na petição inicial, o autor deverá requerer o depósito da quantia devida a ser efetivado no prazo de 5 (cinco) dias contados do deferimento, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.
 - (D) Deverá ser proposta no domicílio do credor.
 - (E) Na contestação, o réu poderá alegar que o depósito não é integral, ainda que não indique o montante que entende devido.

37. Mara mora em um imóvel há 16 (dezesesseis) anos e, preenchidos os requisitos legais, decide propor ação de usucapião para aquisição originária da propriedade. O imóvel em que Mara reside está registrado perante o Cartório de Registro de Imóveis em nome de Samuel. O vizinho da direita se chama Pedro, o da esquerda, Paulo, e o vizinho do fundo, João. Sara alega ser proprietária do mesmo imóvel em razão de um contrato de compra e venda que nunca foi levado a registro.

Diante da situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- (A) Mara deve citar a União, o Estado e o Município, sendo dispensada de citar Pedro, Paulo e João, considerando que eles têm conhecimento sobre a disputa do imóvel.
- (B) Sara, tendo conhecimento da ação e não tendo sido citada, deverá oferecer oposição, apenas contra Mara.
- (C) Por se tratar de um procedimento especial, os prazos previstos para Mara serão reduzidos em relação ao procedimento comum adotado na parte geral do Código de Processo Civil.
- (D) Para a propositura da ação, Mara deverá citar por edital Samuel, Pedro, Paulo e João e citar pessoalmente a União, o Estado e o Município.
- (E) Sara é considerada eventual interessada e, por isso, pode aproveitar a citação por edital para apresentar contestação.

38. Assinale a alternativa que corresponde ao entendimento do STJ sobre ações civis de responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

- (A) O Ministério Público tem legitimidade subsidiária para a propositura de Ação Civil de responsabilidade por atos de improbidade administrativa.
- (B) A ausência da notificação do réu para a defesa prévia, prevista na Lei de Improbidade Administrativa, só acarreta nulidade processual se houver comprovado prejuízo.
- (C) É possível a propositura de ação civil de improbidade administrativa exclusivamente contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.
- (D) Nas ações de improbidade administrativa, há litisconsórcio passivo necessário entre o agente público e os terceiros beneficiados com o ato ímprobo.
- (E) No caso de agentes políticos reeleitos, o termo inicial do prazo prescricional nas ações de improbidade administrativa deve ser contado a partir do término do último mandato.

39. Acerca do controle externo da Administração Pública, é correto afirmar:

- (A) dentre outras atribuições, o Tribunal de Contas da União poderá, se verificar ilegalidade, assinar prazo para que o órgão ou entidade fiscalizada adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei; não atendido o referido prazo, poderá desde logo sustar contrato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- (B) dentre outras atribuições, compete ao Tribunal de Contas da União aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário, a ser ratificada no Poder Judiciário, após assegurados, às partes assim apenadas, a ampla defesa e o direito ao contraditório.
- (C) o controle externo da União e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercido pelo Tribunal de Contas da União e supletivamente pelo Congresso Nacional.
- (D) dentre outras atribuições, compete ao Tribunal de Contas da União, em auxílio ao controle externo a cargo do Congresso Nacional, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração direta e indireta, e realizar inspeções e auditorias de diversas naturezas nas unidades administrativas de quaisquer dos poderes da União.
- (E) a organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal serão estabelecidas pelas Constituições estaduais, podendo ou não, conforme opção do constituinte estadual, orientar-se pelas normas aplicáveis ao Tribunal de Contas da União.

40. Dentre as definições a seguir, assinale aquela que melhor conceitua a autarquia.
- (A) É entidade integrante da Administração Pública, criada ou não por lei, com personalidade jurídica de Direito Público ou Privado, patrimônio e receitas próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, podendo ou não ser dotada de gestão administrativa e financeira descentralizada.
 - (B) É entidade integrante da Administração Pública direta, criada por lei, com personalidade jurídica de Direito Público, sem patrimônio próprio, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeira, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa descentralizada.
 - (C) É entidade integrante da Administração Pública indireta, com personalidade jurídica de Direito Privado, patrimônio e receitas próprios, para executar, descentralizadamente, atividades estabelecidas por lei.
 - (D) É entidade integrante da Administração Pública indireta, criada por lei, com personalidade jurídica de Direito Público, patrimônio e receitas próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeira, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
 - (E) É entidade integrante da Administração Pública indireta, criada por lei, com personalidade jurídica de Direito Público, patrimônio e receitas próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, caracterizada pela ausência de controle, de tutela ou de subordinação hierárquica e pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira.
41. O controle jurisdicional dos atos administrativos:
- (A) pode recair sobre atos administrativos vinculados e discricionários, relativamente ao mérito e a quaisquer de seus elementos.
 - (B) pode incidir sobre atos administrativos vinculados, mas não sobre atos administrativos discricionários.
 - (C) tendo em vista o princípio da deferência, limita-se à verificação da autoridade competente, da adoção da forma prescrita em lei e do trâmite regular do respectivo procedimento administrativo, não podendo recair sobre o mérito administrativo ou a finalidade do ato.
 - (D) pode recair sobre atos administrativos vinculados e discricionários, desde que, em qualquer caso, esgotadas as instâncias de controle administrativo.
 - (E) pode recair sobre atos administrativos vinculados e discricionários, não cabendo ao Poder Judiciário, entretanto, o controle do juízo de oportunidade e conveniência exercido com razoabilidade e motivação pela Administração Pública dentro dos parâmetros legais.
42. A obra contratada por estatal sob regime de contratação semi-integrada é aquela que:
- (A) envolve a elaboração e o desenvolvimento do projeto executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.
 - (B) exceto pelos projetos básico ou executivo, compreende todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada.
 - (C) envolve a execução, por equipes integradas por profissionais da contratada atuando em conjunto com profissionais da estatal contratante, de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.
 - (D) envolve a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, mas não a montagem, a realização de testes e a pré-operação.
 - (E) envolve a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.
43. Sobre a inexigibilidade ou dispensa de licitação, conforme o caso, é correto afirmar:
- (A) é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, conforme as hipóteses taxativamente previstas em lei.
 - (B) a inaplicabilidade (dispensa ou inexigibilidade) de licitação pela Administração Pública não afasta a necessidade de adoção de procedimentos que observem os princípios da Administração Pública inscritos no art. 37 da Constituição, inclusive procedimentos que, conforme permitam as circunstâncias, assegurem algum grau de competitividade.
 - (C) demonstrada a hipótese de inexigibilidade da licitação, fica a Administração Pública dispensada de justificar o preço ou a escolha do fornecedor ou executante.
 - (D) é inexigível a licitação, dentre outras hipóteses, para a prestação de serviços ou fornecimento de bens entre entidades integrantes da Administração Pública.
 - (E) de acordo com a Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016) é inexigível a licitação, dentre outras hipóteses, para a comercialização, prestação ou execução de serviços ou obras especificamente relacionados às atividades-fins das sociedades estatais contratantes.

44. É forma lícita de prestação de serviço público, dentre outras:
- (A) a prestação descentralizada, por meio de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista.
 - (B) a prestação indireta, por meio de concessão administrativa, de concessão patrocinada e de concessão de uso privativo de bem público.
 - (C) a gestão associada de serviços públicos, por meio de consórcios privados e convênios.
 - (D) a prestação indireta, por meio de autorização, concessão de serviço público e de concessão de direito real de uso.
 - (E) a prestação direta e centralizada, por meio dos órgãos e sociedades integrantes da Administração Pública.
45. Considere um diretor de uma sociedade prestadora de serviço público, contratado há quatro anos para tal função, sendo correto afirmar:
- (A) em se tratando de empresa pública ou sociedade de economia mista, tal diretor poderá ser tanto um servidor público, sujeito ao regime estatutário do respectivo ente federativo, como um agente público titular de vínculo preponderantemente trabalhista.
 - (B) todos os seus atos poderão ser objeto de mandado de segurança para proteção de direito líquido e certo, desde que demonstrada ilegalidade ou abuso de poder.
 - (C) caso a sociedade prestadora seja empresa pública, os assessores subordinados a tal diretor deverão ser, como regra, contratados por concurso público e terão estabilidade no emprego em conformidade com o regime do servidor público estatutário.
 - (D) caso a sociedade prestadora seja uma sociedade privada (não estatal), nenhum dos atos do seu diretor poderá ser objeto de mandado de segurança, haja vista tratar-se de remédio reservado a autoridades públicas.
 - (E) sendo a sociedade integrante da Administração Pública indireta, o diretor poderá ser nomeado por concurso público ou em regime de comissão, mas terá seu vínculo profissional regido preponderantemente pelo direito trabalhista e/ou societário.
46. Assinale a alternativa correta a respeito da concessão de direito real de uso sobre imóvel.
- (A) Não se tratando de alienação, não depende de autorização legislativa, independentemente do ente público que a outorgue, exigindo tão somente licitação, ressalvadas as hipóteses de dispensa previstas em lei.
 - (B) É espécie de contrato administrativo que confere direito real resolúvel ao concessionário, passível de registro no registro público competente e de instituição de hipoteca, desde que não vedada pelo respectivo contrato, e a ser utilizada em conformidade com a destinação específica prevista no seu instrumento contratual ou ato que o tenha aprovado.
 - (C) Pode ser outorgada com prazo certo ou indeterminado, dependendo sempre de autorização legislativa e procedimento licitatório, na modalidade concorrência, ressalvadas as hipóteses de dispensa previstas em lei.
 - (D) É também apta à delegação de serviços públicos e obras públicas, nos termos da Lei nº 8.987/1995, desde que a sua prestação esteja ligada à exploração do imóvel concedido, em conformidade com a destinação específica prevista no seu instrumento contratual.
 - (E) É espécie de contrato administrativo que confere direito real resolúvel ao concessionário; atendida em qualquer hipótese a sua destinação específica, pode ser transferida por sucessão, mas a sua transferência por ato *inter vivos* pressupõe novo procedimento licitatório.
47. A respeito da desapropriação, assinale a alternativa correta.
- (A) A declaração de utilidade pública ou de interesse social para fins de desapropriação caduca em cinco anos, caso não efetivada a desapropriação nesse período.
 - (B) A desapropriação é procedimento de competência privativa do Poder Público e, como tal, não comporta a delegação de qualquer de seus atos a agentes privados.
 - (C) É facultado ao Poder Público municipal exigir do proprietário do solo urbano não edificado ou subutilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, com prazo de resgate de até dez anos.
 - (D) É facultado ao Poder Público municipal desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.
 - (E) A desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, exige justa e prévia indenização em dinheiro, sem exceções.

48. Sobre as sanções previstas na Lei nº 8.429/92 para os atos de improbidade administrativa, é correto afirmar:
- (A) aplicam-se tão somente aos agentes públicos no exercício de mandato ou servidores públicos e ocupantes de emprego público na Administração Pública.
 - (B) aplicam-se aos agentes públicos no exercício de mandato ou servidores públicos e ocupantes de emprego público na Administração Pública, bem como, no tocante ao setor privado, exclusivamente aos agentes que pratiquem atos de improbidade contra o patrimônio de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.
 - (C) aplicam-se aos agentes públicos no exercício de mandato ou servidores públicos e ocupantes de emprego público na Administração Pública, bem como, no tocante ao setor privado, aos agentes que pratiquem atos de improbidade contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com parcela do patrimônio ou da receita anual.
 - (D) aplicam-se exclusivamente em face de atos dolosos cometidos pelos agentes alcançados pela lei.
 - (E) podem ser objeto de medida judicial cuja proposição é de competência e iniciativa exclusiva do Ministério Público.
49. Acerca da recondução da dívida aos limites, estabelece a Lei Complementar nº 101/00 que, se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente, no primeiro, em pelo menos
- (A) 50%
 - (B) 40%
 - (C) 30%
 - (D) 25%
 - (E) 20%
50. Nos termos do que dispõe a Lei nº 4.320/64, os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender o *superavit* do Orçamento Corrente, são
- (A) receitas de capital.
 - (B) receitas correntes.
 - (C) investimentos.
 - (D) inversões financeiras.
 - (E) despesas correntes.
51. Conforme definido na Lei nº 4.320/64, consiste na entrega de numerário ao servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, sendo aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei. Trata-se do regime de
- (A) afetação.
 - (B) disponibilidade.
 - (C) especialidade.
 - (D) excepcionalidade.
 - (E) adiantamento.
52. Compreende as metas e prioridades da Administração Pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, a lei
- (A) do plano plurianual.
 - (B) geral do orçamento.
 - (C) de diretrizes orçamentárias.
 - (D) de responsabilidade fiscal.
 - (E) de política orçamentária nacional.

DIREITO FINANCEIRO

53. Assinale a alternativa correta acerca da ação cautelar fiscal, conforme a disciplina que lhe é dada pela Lei nº 8.397/92 e suas alterações.

- (A) O juiz concederá liminarmente a medida cautelar fiscal, mediante justificção prévia da Fazenda Pública.
- (B) O requerido será citado para, no prazo de 5 dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretenda produzir.
- (C) Não sendo contestado o pedido, presumir-se-ão aceitos pelo requerido, como verdadeiros, os fatos alegados pela Fazenda Pública, caso em que o Juiz decidirá em 10 dias.
- (D) Quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de 30 dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa.
- (E) O indeferimento da medida cautelar fiscal obsta a que a Fazenda Pública intente a execução judicial da Dívida Ativa, ou influi no julgamento desta, salvo se o Juiz, no procedimento cautelar fiscal, acolher alegação de conversão do depósito em renda.

54. Em sede de mandado de segurança, quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada ou do Ministério Público e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar e da sentença, dessa decisão caberá agravo, sem efeito suspensivo, no prazo de 5 dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte à sua interposição.

A esse respeito, é correto afirmar que

- (A) indeferido o pedido de suspensão ou provido o agravo, não caberá novo pedido de suspensão ao presidente do tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário.
- (B) o presidente do tribunal poderá conferir ao pedido efeito suspensivo liminar se constatar, em juízo prévio, a plausibilidade do direito invocado e a urgência na concessão da medida.
- (C) a interposição de agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o poder público e seus agentes prejudica o julgamento do pedido de suspensão.
- (D) as liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas, mediante decisões distintas, podendo o presidente do tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, somente instrumentalizadas por pedidos em separado, não sendo admitido aditamento do pedido original.
- (E) não é cabível o pedido de suspensão quando negado provimento a agravo interposto contra a decisão liminar.

55. Ao teor do que dispõe o Código Tributário Nacional, caso ocorra a exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador, o sujeito passivo poderá

- (A) promover ação de repetição de indébito em face de ambas as pessoas jurídicas de direito público.
- (B) promover ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária.
- (C) alegar que houve homologação tácita por parte de uma das pessoas jurídicas de direito público.
- (D) consignar judicialmente a importância do crédito.
- (E) promover ação anulatória de lançamento tributário em face de ambas as pessoas jurídicas de direito público.

56. De acordo com as disposições do Código Tributário Nacional, no que se refere às preferências do crédito tributário na falência, assinale a alternativa correta.

- (A) O crédito tributário prefere aos créditos com garantia real, no limite do bem gravado.
- (B) O crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais.
- (C) A multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.
- (D) São concursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos durante o processo de falência.
- (E) O crédito tributário e a multa tributária são extraconcursais.

57. Quando o tributo está relacionado com a descentralização da atividade pública, sendo instituído para o fim de dotar de recursos determinadas entidades, encarregadas pelo Estado de atender necessidades sociais específicas, referido tributo terá por característica a

- (A) fiscalidade.
- (B) extrafiscalidade.
- (C) parafiscalidade.
- (D) seletividade.
- (E) essencialidade.

58. Dispõe o Código Tributário Nacional que a lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) tem efeito de negativa a certidão de que conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.
- (B) a certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza solidariamente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.
- (C) ainda que se trate de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito não será dispensada a prova de quitação de tributos.
- (D) a certidão negativa será expedida a requerimento de qualquer interessado, devendo ser fornecida no prazo máximo de 15 dias úteis.
- (E) a certidão de que conste a existência de créditos cuja exigibilidade esteja suspensa, não tem os mesmos efeitos de certidão negativa.

59. No que respeita aos crimes tributários, é correto afirmar que não tipifica crime material contra a ordem tributária, antes do lançamento definitivo do tributo, uma das seguintes condutas:

- (A) fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.
- (B) negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.
- (C) fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo.
- (D) deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos.
- (E) utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.

60. No prazo de embargos, segundo a lei que disciplina a execução fiscal, o executado deverá alegar toda matéria útil à defesa, requerer provas e juntar aos autos os documentos e rol de testemunhas, até três, ou, a critério do juiz, até o dobro desse limite.

Acerca do tema, assinale a assertiva correta.

- (A) Em sede de embargos é admitida a reconvenção, que será processada em autos apartados e julgada antes dos embargos.
- (B) Em sede de embargos é admitida a compensação, que será arguida como matéria preliminar e será processada e julgada com os embargos.
- (C) Recebidos os embargos o Juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de 15 dias, designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento.
- (D) Intimada a Fazenda para impugnar os embargos, não se realizará audiência de instrução e julgamento, se os embargos versarem sobre matéria de direito, ou, sendo de direito e de fato, a prova for exclusivamente documental, caso em que o Juiz proferirá a sentença em 10 dias.
- (E) Na execução por carta, os embargos do executado serão oferecidos no Juízo deprecado, que os remeterá ao Juízo deprecante, para instrução e julgamento, contudo, quando os embargos tiverem por objeto vícios ou irregularidades de atos do próprio Juízo deprecado, caber-lhe-á unicamente o julgamento dessa matéria.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

61. Assinale a hipótese que, nos termos do art. 92 do CP e respeitada a regra de motivação de seu parágrafo único, acarreta a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo: condenação criminal à pena de

- (A) 6 meses, em crime praticado com violação de dever para com a Administração Pública.
- (B) 1 ano, em crime praticado com abuso de poder.
- (C) 2 anos, em qualquer crime contra o patrimônio.
- (D) 3 anos, em qualquer crime infamante.
- (E) 4 anos, em qualquer crime contra a fé pública.

62. No que concerne à retratação nos crimes contra a honra, tema tratado no art. 143 do CP, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas a injúria admite-a.
- (B) Apenas a calúnia e a injúria admitem-na.
- (C) Apenas a calúnia e a difamação admitem-na.
- (D) Todos os crimes contra a honra admitem-na, mas apenas até o oferecimento da denúncia.
- (E) Nenhum dos crimes contra a honra admitem-na.

63. A conduta do funcionário público que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo
- (A) configura crime de concussão.
 - (B) configura crime de prevaricação.
 - (C) configura crime de usurpação de função pública.
 - (D) configura crime de condescendência criminosa.
 - (E) não configura crime, mas mera infração funcional.

DIREITO EMPRESARIAL

64. São exemplos de sociedades que podem qualificar-se como sociedades empresárias ou, a depender de seu objeto, não-empresárias:
- (A) a sociedade anônima e a sociedade limitada.
 - (B) a sociedade limitada e a sociedade em comandita simples.
 - (C) a cooperativa e a empresa individual de responsabilidade limitada.
 - (D) a associação e a sociedade em comandita simples.
 - (E) a sociedade simples e a sociedade em nome coletivo.
65. Sobre a administração das sociedades em crise, é correto afirmar:
- (A) durante o procedimento de recuperação judicial ou após a decretação de falência, os acionistas controladores mantêm-se no controle da sociedade devedora até o cumprimento do plano de recuperação ou até a liquidação dos seus ativos, e como regra, podem manter os administradores nomeados na forma dos seus atos societários, observada a fiscalização do Comitê de Credores, se houver, e do administrador judicial.
 - (B) o requerimento, pela sociedade devedora, da homologação em juízo de plano de recuperação extrajudicial não exige, por si só, alterações à sua administração, exceto pela nomeação de administrador judicial para fiscalizar o cumprimento do plano homologado.
 - (C) a sociedade devedora poderá manter seus próprios administradores na recuperação extrajudicial; no caso de deferimento do processamento de recuperação judicial ou de decretação de falência, os administradores da sociedade devedora deverão ser removidos, passando a sociedade, a partir de então, a ser representada pelo administrador judicial, sob fiscalização do Comitê de Credores e do Juízo, conforme o caso.
 - (D) ao Comitê de Credores incumbe a aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor, ou ainda, no caso de falência, a adoção de outras modalidades de realização do ativo.
 - (E) os administradores nomeados pela sociedade devedora em recuperação judicial e mantidos na condução da atividade empresarial poderão ser afastados se qualquer deles, dentre outras condutas, houver agido com dolo, simulação ou fraude contra os interesses de seus credores ou negar-se a prestar informações solicitadas pelo administrador judicial ou pelo Comitê de Credores.

66. Sobre o aval e a fiança mercantil, é correto afirmar:

- (A) aval e fiança são garantias pessoais equivalentes; tanto em uma como em outra o garantidor assume a obrigação de adimplir a obrigação garantida (avalizada ou afiançada) em caso de inadimplemento do devedor principal.
- (B) avalista e fiador fazem jus ao benefício de ordem, embora em ambos os casos tal benefício possa ser renunciado.
- (C) a invalidade da obrigação original compromete como regra a validade da fiança, mas não a validade do aval.
- (D) tanto os direitos conferidos pelo aval como os direitos conferidos pela fiança podem ser transferidos indistintamente pela cessão do crédito ou pelo seu endosso.
- (E) a invalidade da obrigação original compromete como regra a validade do aval, mas não a validade da fiança.

DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO

67. Com o intuito de contribuir para o aprendizado dos alunos de uma escola da rede pública municipal, Sherazade oferece, gratuitamente, seus serviços como “contadora de histórias para crianças”. A Diretora da escola aceita a proposta, especificando os dias da semana em que o trabalho deverá ser desenvolvido, bem como algumas diretrizes a serem observadas pela ofertante.

Depois de cinco anos atuando como “contadora de histórias” na escola municipal, Sherazade propõe reclamação trabalhista em face do Município, solicitando o reconhecimento de vínculo empregatício. O Procurador Municipal incumbido de elaborar a respectiva contestação deverá sustentar que a alegada relação de trabalho jamais existiu porque não caracterizados os seguintes elementos indispensáveis à configuração do vínculo empregatício:

- (A) pessoalidade e não eventualidade.
- (B) subordinação e pessoalidade.
- (C) onerosidade e subordinação.
- (D) não eventualidade e instrumento contratual.
- (E) instrumento contratual e subordinação.

68. A respeito do denominado *jus variandi*, é correto afirmar que

- (A) confere ao empregador o direito de transferir o empregado que exerce função de confiança para localidade diversa da que consta do contrato.
- (B) decorre diretamente do princípio *pacta sunt servanda*, que rege os contratos de trabalho.
- (C) garante ao empregado o direito de alterar a data fixada para suas férias.
- (D) confere ao empregador o direito de alterar a jornada de trabalho dos empregados, desde que respeitado o direito adquirido à percepção de adicional noturno.
- (E) não se aplica aos contratos de trabalho firmados pela Administração Pública.

69. De acordo com o artigo 8º da Constituição Federal, é livre a associação sindical, observado o seguinte:
- (A) é obrigatória a autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
 - (B) a criação de organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica se aperfeiçoará com o registro do respectivo ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
 - (C) é obrigatória a filiação ao sindicato da respectiva categoria.
 - (D) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
 - (E) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
70. São segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto:
- (A) os empregados públicos vinculados à Administração Direta.
 - (B) os titulares de mandato eletivo.
 - (C) os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão.
 - (D) os servidores titulares de cargo efetivo vinculados à Administração Autárquica.
 - (E) os empregados públicos vinculados a empresas estatais afastados para exercer cargo em comissão no Município.
71. A Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, estabelece normas gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social (RPPS) dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal. Com o intuito de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial desses regimes, o diploma determina que cada RPPS conte obrigatoriamente com:
- (A) plano de equacionamento de eventual déficit mediante a criação de contribuições extraordinárias.
 - (B) sistema de capitalização baseado na solidariedade intergeracional.
 - (C) regime de previdência complementar para os servidores titulares de cargo efetivo.
 - (D) registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais, conforme diretrizes gerais.
 - (E) sistema de repartição simples, caracterizado por contribuição definida e benefício estimado.
72. Imagine que um determinado servidor assumiu um cargo efetivo no Município de São José do Rio Preto em outubro de 2001. Em março de 2019, laudo oficial atesta sua incapacidade total e definitiva para o trabalho, decorrente de moléstia profissional.
- Nesse cenário, é correto afirmar que o servidor fará jus a aposentadoria por invalidez:
- (A) integral, correspondente à remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria.
 - (B) integral, correspondente a 60% da média aritmética simples das remunerações de contribuição, acrescidos de 2% para cada ano que exceder 20 anos de contribuição.
 - (C) proporcional, calculada com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria.
 - (D) integral, correspondente à média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo.
 - (E) proporcional, calculada com base na média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo.
73. Um servidor filiado ao Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto falece deixando a mãe, a ex-cônjuge, a companheira com quem vivia há três meses e um filho de 17 (dezessete) anos. À luz da Lei complementar municipal nº 139, de 28 de dezembro de 2001, é correto afirmar que fará jus ao benefício:
- (A) a companheira do falecido, desde que comprove dependência econômica.
 - (B) a ex-cônjuge, desde que seja beneficiária de pensão alimentícia paga pelo servidor.
 - (C) a mãe do falecido, desde que comprove dependência econômica.
 - (D) a mãe e o filho do servidor, apenas.
 - (E) o filho, ainda que emancipado.

74. Um dos institutos urbanísticos previstos no Estatuto das Cidades é o direito de preempção. A respeito desse instituto e seu regramento pela Lei nº 10.257/2001, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência perpétua para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação gratuita entre particulares, conforme delimitação geográfica contida em ato do Poder Executivo.
- (B) O direito de preempção poderá ser exercido, entre outras situações, quando o Poder Público necessitar de áreas para criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental.
- (C) O proprietário do imóvel deverá notificar sua intenção de alienar o imóvel, para que o Município, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.
- (D) A alienação a particular processada em condições diversas da proposta apresentada ao Município será anulável no intervalo de 2 (dois) anos mediante ação judicial de iniciativa do Município.
- (E) Em caso de exercício do direito de preempção pelo Município, determina a lei que o pagamento seja feito em títulos da dívida mobiliária com vencimento em prazo não inferior a 20 (vinte) anos.

Para responder à questão de número **75**, suponha a seguinte situação:

Imóvel urbano de 1500 metros quadrados, de propriedade da empresa ABC Ltda., mas não edificado, é ocupado por cerca de 200 famílias no ano de 2010. Em 2019, as 200 famílias, representadas pela “Associação de Moradores da Favela ABC” e mediante ação da Defensoria Pública do Estado, apresentam ao Poder Judiciário ação de usucapião especial urbana. Ao receber a citação para a defesa, a empresa ABC Ltda., em paralelo à apresentação da contestação, propõe ação de reintegração de posse contra as 200 famílias. Na contestação, a empresa afirma que as famílias que atualmente ocupam o espaço não são as mesmas que o invadiram em 2010, tendo se estabelecido um “mercado informal de posses irregularmente loteadas pelos invasores” desde então, de maneira a tornar impossível verificar o prazo de posse de cada uma das famílias, para fins de comprovação dos requisitos da usucapião. Após tramitação do processo conforme rito apropriado, o juiz, mediante sentença, julga procedente o pedido de usucapião, servindo a sentença para fins de registro no cartório de registro de imóveis do condomínio especial existente entre as famílias. Na sentença, o juiz atribui igual fração ideal de terreno a cada família, apesar da desigual dimensão de terreno que cada família ocupa.

75. Com base na situação descrita e na Lei nº 10.257/2001, é correto afirmar que

- (A) o imóvel em questão não é passível de usucapião especial em razão da sua metragem, superior a 250 metros quadrados.
- (B) a substituição processual das famílias pela associação de moradores em questão poderá ocorrer ainda que a associação não esteja regularmente constituída, quando explicitamente autorizada pelos representados.
- (C) a proposição da ação de reintegração de posse pela empresa tem por resultado sobrestar o andamento da ação de usucapião até o término do julgamento da ação possessória.
- (D) apesar da existência de mercado informal de transferência da posse de frações do terreno ocupado por diferentes famílias, estas podem, para fins da contagem de prazo da usucapião, acrescentar sua posse à de seus antecessores, contanto que ambas sejam contínuas.
- (E) a decisão do juiz foi incorreta, pois, caso se tratasse de hipótese de provimento da ação, cada família deveria receber seu próprio título, individualizado, abrindo-se tantas matrículas de imóvel quanto o número de famílias existentes, cada título equivalendo à desigual dimensão de terreno ocupada por cada família.

76. A respeito do parcelamento do solo urbano, nos termos do que define a Lei nº 6.766/1979, é correto afirmar que

- (A) não será permitido o parcelamento do solo em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados.
- (B) somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas que já sejam consideradas urbanizadas e detenham toda a infraestrutura pública básica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal.
- (C) se considera lote o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões não sejam inferiores a 50 metros quadrados.
- (D) se consideram comunitários os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.
- (E) se considera desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

77. A respeito do processo legislativo no Município de São José do Rio Preto, é correto afirmar que a sua Lei Orgânica estabelece:

- (A) o processo legislativo municipal compreende emendas à lei orgânica municipal, leis complementares, leis delegadas, leis ordinárias, decretos legislativos, e resoluções.
- (B) a lei orgânica municipal poderá ser emendada mediante proposta de um quarto, no mínimo, dos membros da Câmara ou do Prefeito Municipal.
- (C) o Plano Diretor deverá ser aprovado pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.
- (D) é da competência exclusiva do Prefeito Municipal a iniciativa de projetos que disponham sobre autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial de dotações orçamentárias da Câmara.
- (E) solicitada pelo Prefeito Municipal a urgência na apreciação de projeto de lei, a Câmara deverá apreciar a matéria em 90 (noventa) dias.

78. Tornou-se prática comum entre os Municípios a existência do chamado “Programa de Metas” como instrumento de planejamento das ações municipais. A respeito desse instrumento, é correto afirmar, com base na Lei Orgânica do Município de São José do Rio Preto, que

- (A) o Prefeito, eleito ou reeleito, apresentará o Programa de Metas de sua gestão, até 180 (cento e oitenta) dias após sua posse, que conterá as prioridades, as ações estratégicas, os indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da Administração Pública Municipal.
- (B) o Programa de Metas será amplamente divulgado, por meio eletrônico, pela mídia impressa, radiofônica e televisiva e publicado no Diário Oficial do Município no dia imediatamente seguinte ao do término do prazo de apresentação.
- (C) ao final de cada bimestre, o Prefeito divulgará o relatório da execução do Programa de Metas, o qual será disponibilizado integralmente aos meios de comunicação oficiais do Município.
- (D) o Prefeito poderá proceder solicitação à Câmara Municipal de autorização para realização de alterações programáticas no Programa de Metas sempre em conformidade com a Lei do Plano Diretor Estratégico, justificando-as por escrito e divulgando-as amplamente.
- (E) o Programa de Metas deverá observar, no mínimo, as diretrizes da campanha eleitoral do Prefeito Municipal eleito, dos vereadores que compõem a Câmara Municipal, os objetivos, as diretrizes, as ações estratégicas e as demais normas da Lei do Plano Diretor.

79. De acordo com a Lei de Zoneamento do Município de São José do Rio Preto (Lei Municipal nº 5.135/1992), está correta a seguinte definição:

- (A) Área Urbana: é a área, loteada ou não, que estiver dentro do perímetro urbano do Município.
- (B) Quadra: é a parcela de terreno contida em um lote e com frente para a via pública.
- (C) Zona Adensável: é o espaço físico-territorial do município perfeitamente delimitado e caracterizado pela presença de um ou mais usos.
- (D) Índice de Aproveitamento: é a relação entre a soma das áreas brutas construídas (soma de todos os pavimentos, inclusive o térreo) e a área do lote.
- (E) Taxa de Permeabilidade Construtiva: é o produto da sua área pelo coeficiente de aproveitamento da zona onde estiver localizado.

80. De acordo com a Lei Municipal nº 10.547, de 24 de dezembro de 2009:

- (A) entendem-se consolidadas as situações em que o tempo de ocupação, a natureza das edificações existentes, a localização das vias de circulação ou comunicação, os equipamentos públicos disponíveis, urbanos ou comunitários, indiquem a reversibilidade do domínio.
- (B) não poderá ser objeto de regularização fundiária, nos termos dessa lei, apenas parte de assentamento consolidado, contido em área maior.
- (C) não se admitirá regularização fundiária nas faixas de terras lindeiras de mananciais e de cursos d'água, numa largura de trinta metros das margens de cada lado, considerado o seu período de maior vazão.
- (D) não é permitida a regularização jurídico-fundiária de núcleos habitacionais localizados em áreas de domínio público.
- (E) após a aprovação do projeto de regularização, fica autorizado o desdobramento e o remembramento dos lotes, exceto para a implantação de equipamentos comunitários públicos.

